

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

177 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 11/09 a 15/09/2023

1. ESTADO DA UNIÃO 2023	1
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	2
Nova Comissária	2
Aquisição conjunta de produtos de defesa	2
Lugares no PE	2
Integridade, transparência e responsabilidade no PE	2
Combustíveis sustentáveis na aviação	2
Impulso à utilização de energias renováveis	2
Limites para poluição atmosférica	3
Matérias-primas críticas	3
Discurso da líder da oposição bielorrussa	3
3. AFCO - PROPOSTA DE REVISÃO DOS TRATADOS	3
4. TUNÍSIA - DEBATE SOBRE O ACORDO EM MATÉRIA DE MIGRAÇÕES	4
5. PREVISÕES ECONÓMICAS DO VERÃO 2023	6
6. BANCO CENTRAL EUROPEU - DECISÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA	6
7. ADESÃO DA SUÉCIA À NATO - TURQUIA E HUNGRIA	7
8. ALTO REPRESENTANTE PARA OS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - CONSELHO DA EUROPA	7
9. COMISSÃO EUROPEIA	7
Pacote auxílio às PME	7
Empresas na Europa: Quadro para a Tributação de Rendimentos (BEFIT)	8
10. EUROBARÓMETRO	9
11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
Eurogrupo	9
Reunião informal dos ministros da Economia e das Finanças	9
12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da União Europeia	10
Cooperação interparlamentar	10

1. ESTADO DA UNIÃO 2023

No dia 13 de setembro, durante a sessão plenária do Parlamento Europeu (PE) em Estrasburgo, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, proferiu o habitual [discurso relativo ao Estado da União](#), o último deste ciclo europeu antes das eleições que terão lugar em junho de 2024.

A Presidente do PE, Roberta Metsola, abriu o debate, declarando que «A União Europeia está hoje mais forte e mais unida do que nunca. (...) Devemos sempre manter as preocupações das pessoas no centro de todas as nossas ações.».

A Presidente da Comissão Europeia iniciou o seu discurso (disponível na íntegra [aqui](#)) referindo-se à transformação substancial da UE desde que apresentou o seu programa de ação em 2019 referindo que «Concluimos mais de 90% das orientações políticas que apresentei nessa altura».

Frisou ainda os seguintes tópicos:

- **Pacto Ecológico Europeu:** foi anunciado um inquérito anti subvenções aos veículos elétricos chineses, procurando «defender-nos das práticas desleais». Foi ainda enfatizada a importância da transição justa para os agricultores, famílias e indústria, garantindo que «a Europa fará o que for necessário para manter a sua vantagem competitiva» e anunciando um controlo da competitividade por um conselho independente para cada nova legislação.
- **Inteligência artificial:** com foco na tecnologia para melhorar os cuidados de saúde, aumentar a produtividade e ajudar a combater as alterações climáticas, procurando garantir que a inteligência artificial se desenvolva de forma centrada no ser humano, transparente e responsável, propondo a criação de um painel internacional de peritos para orientar o seu desenvolvimento.
- **Ucrânia:** a Comissão proporá o alargamento da proteção temporária da UE aos ucranianos e mais 50 mil milhões de euros ao longo de quatro anos para investimentos e reformas.

Além de referências à migração, relações UE-África, iniciativa *Global Gateway* e segurança alimentar, Ursula von der Leyen referiu, sobre o **Estado de direito**, que «o Estado de direito e os direitos fundamentais estarão sempre na base da nossa União — nos atuais e nos futuros Estados-Membros. É por este motivo que a Comissão atribui aos relatórios sobre o Estado de direito uma prioridade fundamental. (...) Este procedimento assegurou a responsabilização perante esta assembleia e os parlamentos nacionais. (...) Acredito que pode fazer o mesmo para os futuros Estados-Membros. É por esta razão que muito me apraz anunciar que iremos abrir os relatórios sobre o Estado de direito aos países em vias de adesão cujos processos evoluam com maior rapidez. Ficarão assim em pé de igualdade com os Estados-Membros. Iremos apoiá-los nos seus esforços de reforma e ajudaremos a garantir que o nosso futuro é uma União de liberdade, direitos e valores para todos.».

Sobre a possibilidade de **alteração dos Tratados e alargamento** da UE, a Presidente da Comissão anunciou que «O Parlamento Europeu sempre foi um dos principais motores da integração europeia. (...) Esta assembleia poderá sempre contar com o meu apoio — que se estende a todos os que querem reformar a UE no sentido de melhor servir os seus cidadãos. E, sim, esse desígnio passa, nomeadamente, por uma Convenção Europeia e pela alteração do Tratado, se e onde for necessário! Mas não podemos — e não devemos — esperar por alterações ao Tratado para avançar com o alargamento. É possível preparar a União para o alargamento mais rapidamente.».

No final do discurso tiveram lugar as intervenções dos dirigentes dos grupos políticos, disponíveis [aqui](#).

O *Politico* disponibilizou o seu habitual *live blog* (disponível [aqui](#)), que permite ter uma visão de conjunto dos principais temas abordados e das reações dos vários interlocutores.

Sobre a intenção anunciada pela Presidente da Comissão Europeia de dar início a um inquérito anti subvenções relativamente aos veículos elétricos provenientes da China, o Governo chinês acusou a UE, através de um comunicado (disponível [aqui](#)), de «comportamento protecionista puro e simples», manifestando «a sua grande preocupação e forte insatisfação» com a investigação, que «terá um impacto negativo nas relações económicas e

comerciais entre a China e a UE», acrescentando que «A China prestará muita atenção à tendência protecionista e às ações de acompanhamento da parte europeia e salvaguardará firmemente os direitos e interesses legítimos das empresas chinesas». O *Politico* publicou esta semana uma análise de fundo sobre as implicações desta investigação, disponível [aqui](#).

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE¹

Além do discurso relativo ao Estado da União, constaram da agenda da sessão plenária os seguintes debates:

Nova Comissária

Após a audição de que demos nota na síntese anterior, o PE aprovou (522 votos a favor, 27 contra e 51 abstenções) a [Comissária Iliana Ivanova como nova Comissária para a Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude](#).

Aquisição conjunta de produtos de defesa

Foi também votado o [reforço da indústria europeia de defesa através da contratação pública colaborativa](#). O regulamento estabelece um instrumento de curto prazo que permite o reforço da indústria através de contratos públicos comuns até 31 de dezembro de 2025. O consórcio deve contar com, pelo menos, três Estados-Membros da UE para beneficiar do seu financiamento, sendo que o orçamento da UE financiará contratos públicos até 15% ou 20% se estiverem envolvidas PME e/ou empresas de média capitalização. Este instrumento permitirá prestar um maior apoio à Ucrânia e Moldávia.

Lugares no PE

Demos nota na [síntese n.º 175](#) da aprovação da proposta de decisão do Conselho sobre a composição do PE após as eleições de 2024. Os deputados aprovaram esta semana a decisão do Conselho Europeu de [aumentar de 705 para 720 o número de lugares no PE para a próxima legislatura](#) (515 votos a favor, 74 votos contra e 44 abstenções).

Integridade, transparência e responsabilidade no PE

Conforme também referido na [síntese anterior](#), o PE reviu as suas regras internas em resposta às alegações de corrupção, com base no plano de reforma de 14 pontos da sua Presidente. As [alterações ao regimento do PE](#) foram aprovadas por 506 votos a favor, 93 contra e 52 abstenções.

Combustíveis sustentáveis na aviação

Foi aprovada nesta sessão a nova lei para aumentar a [adoção de combustíveis sustentáveis para a aviação](#) - RefuelEU, que faz parte do pacote Objetivo 55. Prevê-se assim que 2% do combustível para aviação deve ser sustentável a partir de 2025 e 70% até 2050, que o hidrogénio e combustível produzidos a partir de óleos alimentares usados sejam considerados verdes e que se implemente um novo sistema de rotulagem para o desempenho ambiental dos voos.

Impulso à utilização de energias renováveis

O PE aprovou [legislação para impulsionar a implantação das energias renováveis](#), em consonância com o Pacto Ecológico Europeu, atualizando a Diretiva Energias Renováveis e aumentando a quota de energias renováveis no consumo final de energia da UE para 42,5% até 2030, devendo os Estados-Membros esforçar-se por atingir

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

os 45%. Procura ainda acelerar os procedimentos de concessão de licenças para novas centrais elétricas a partir de energias renováveis, utilizar as energias renováveis para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa no setor dos transportes e garantir uma meta indicativa para tecnologias inovadoras de aproveitamento de energias renováveis.

Limites para poluição atmosférica

Ainda no âmbito ambiental, o PE adotou a sua posição sobre a [revisão de uma lei para melhorar a qualidade do ar na UE](#) e alcançar um ambiente limpo e saudável para os cidadãos europeus, prevendo limites mais rigorosos para 2035 para vários poluentes e harmonização dos índices de qualidade do ar em toda a Europa, devendo os países da UE elaborar roteiros sobre a qualidade do ar.

Matérias-primas críticas

Os deputados adotaram a sua posição sobre o [reforço do fornecimento de matérias-primas estratégicas](#), cruciais para a transição da UE para um futuro sustentável e soberano. A posição negocial salienta a importância de assegurar parcerias estratégicas entre a UE e países terceiros em matérias-primas críticas, sobretudo a longo prazo. É também dada prioridade à investigação e inovação no que respeita a materiais de substituição e processo de produção em tecnologias estratégicas.

Discurso da líder da oposição bielorrussa

[Svetlana Tsikhanouskaya, a líder das forças democráticas bielorrussas, dirigiu-se ao plenário do PE](#) e apelou aos deputados para que apoiem a perspetiva europeia da Bielorrússia, instando o PE a elevar a sua relação democrática com o país a um novo nível, propondo a assinatura de um memorando antes das eleições europeias de 2024, como base da cooperação entre ambos. Afirmou que os bielorrussos precisam de ajuda na sua luta para levar a democracia para o seu país e que as forças democráticas começaram a emitir passaportes próprios que confirmam a cidadania bielorrussa, que servirão de documento para os exilados, sendo em breve pedido aos Estados que reconheçam este novo documento. O vídeo do discurso encontra-se disponível [aqui](#).

3. AFCO - PROPOSTA DE REVISÃO DOS TRATADOS

Demos nota, na síntese [anterior](#), que estava prevista para esta semana a apresentação do projeto de relatório sobre as propostas do Parlamento Europeu para a alteração dos Tratados, que tem vindo a ser preparado pela Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) e que tem como relatores os Deputados Guy Verhofstadt (BE, Renew), Sven Simon (DE, PPE), Gabriele Bischoff (DE, S&D), Daniel Freund (DE, Verdes) e Helmut Scholz (DE, A Esquerda).

Esta apresentação foi feita pelos cinco relatores numa Conferência de Imprensa (a 13.09, disponível [aqui](#)) e numa reunião extraordinária da Comissão AFCO, disponível [aqui](#), e a versão completa do relatório está disponível [aqui](#).

Sem prejuízo de uma análise mais detalhada, destacamos que o PE visa com este relatório posicionar-se para uma revisão dos Tratados que tem a intenção de reequilibrar a dinâmica institucional da UE, nomeadamente através do que considera ser o reforço da capacidade de ação da União através do aumento dos poderes legislativos do PE (ex. poder de iniciativa, recurso à maioria qualificada e ao processo legislativo ordinário como regra, autonomia na composição do PE), do reforço do seu papel de controlo do PE (ex. artigo 7.º.) e do aumento dos domínios políticos em que o PE tem mais poder (por exemplo, energia, saúde, defesa, clima, política externa).

São apresentadas várias inovações, como a criação de um referendo europeu por iniciativa do PE, o poder de apresentação de uma moção individual de censura a um Comissário com um limiar mais baixo (maioria

simples), bem como a alteração do nome da Comissão Europeia para Executivo, sendo que os Comissários passariam a designar-se “Secretários”, com um máximo de 15 membros. O Presidente passaria a chamar-se Presidente da UE e o seu processo de nomeação seria o seguinte:

- após as eleições, o PE, por maioria dos membros que o compõem, designa ao Conselho Europeu o Presidente da UE. O Conselho Europeu, por votação por maioria qualificada, dá a sua aprovação. Se o candidato indigitado não obtiver a votação por maioria qualificada, o PE, deliberando por maioria dos membros que o compõem, designará, no prazo de um mês, um candidato e o Conselho Europeu dará a sua aprovação por maioria simples.
- Em seguida, o Presidente eleito proporá uma lista de candidatos para nomeação como membros do executivo.
- A nomeação da Comissão pelo Conselho Europeu seria por maioria qualificada, mas a posterior nomeação do Executivo por maioria simples.

O **calendário** previsto é o seguinte:

- 20 de setembro: reunião da Comissão AFCD para possível continuação do debate sobre o relatório;
- até dia 27 de setembro: prazo para apresentação de emendas;
- 12 de outubro: debate em Comissão e votação do relatório e das emendas apresentadas;
- mini-sessão plenária de 8 e 9 de novembro: votação em Plenário.

Recorde-se que esta iniciativa do PE surge no seguimento do [relatório final](#) sobre os resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa e da sua [resolução sobre os resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa](#), adotada em 4 de maio, onde o Parlamento Europeu acolheu favoravelmente e aprovou as conclusões da Conferência. Os deputados reconheceram que [as propostas exigem alterações nos Tratados](#) e solicitaram à Comissão dos Assuntos Constitucionais que preparasse propostas de reforma dos Tratados da UE, um processo que teria lugar através de uma Convenção em conformidade com o [artigo 48.º do Tratado da União Europeia](#). Em junho de 2022, o PE adotou nova [resolução](#) em que insta os Chefes de Estado e de Governo a criarem uma Convenção para revisão dos Tratados.

4. TUNÍSIA - DEBATE SOBRE O ACORDO EM MATÉRIA DE MIGRAÇÕES

No passado dia 16 de julho, foi assinado um [Memorando de Entendimento](#) sobre uma parceria estratégica e global entre a República da Tunísia e a União Europeia, representada pela Comissão Europeia, que inclui, entre outras matérias, disposições sobre migrações na sequência do aumento das chegadas de migrantes provenientes da Tunísia através da [rota do Mediterrâneo Central](#). O acordo foi anunciado durante uma [visita de alto nível](#) da presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e dos primeiros-ministros da Itália, Giorgia Meloni, e dos Países Baixos, Mark Rutte.

O PE realizou esta semana um debate em plenário sobre o âmbito da cooperação e o estatuto jurídico deste acordo, bem como sobre as medidas destinadas a combater o contrabando e a melhorar a cooperação na busca e salvamento no mar. As alegadas discriminações e violações dos direitos humanos dos migrantes na Tunísia são outra preocupação, além das condições em que e a quem seria concedida assistência financeira na Tunísia.

Em nome da Presidência do Conselho, o Secretário de Estado para a UE do Governo espanhol, Pascual Navarro Ríos:

- Salientou que a luta contra a migração irregular, bem como a prevenção das mortes no mar, são prioridades comuns da Tunísia e da UE, que são apoiadas por este Memorando de Entendimento.
- Sublinhou que a migração deve ser abordada através da relação migração/desenvolvimento, a fim de abordar as causas profundas da migração irregular.

- Registou que o Conselho de Associação, que deverá ter lugar nos próximos meses, permitirá um acompanhamento a nível político da aplicação do acordo.

Em nome da Comissão, o Comissário responsável pela vizinhança e pelo alargamento, Olivér Várhelyi, salientou que a tónica será agora colocada na rápida aplicação do Memorando, com reuniões regulares já em curso com as autoridades tunisinas e o objetivo de realizar o próximo Conselho de Associação até ao final de 2023, e explicou que o acordo se baseia nos valores e princípios da UE e é mais vasto do que as questões migratórias.

No debate que se seguiu, os Deputados centraram-se nos seguintes pontos:

- as preocupações em matéria de direitos humanos suscitadas pelo acordo;
- a decisão de externalizar o controlo das fronteiras externas, criticando o facto de a UE entregar a sua política de migração a regimes considerados autoritários e pouco fiáveis, criando assim novas vulnerabilidades e dependências;
- a forma do acordo, questionando a razão pela qual a Comissão assinou um novo Memorando de Entendimento em vez de utilizar o quadro do Acordo de Associação existente.

Alguns Deputados Verdes/ALE, da Esquerda e do S&D (incluindo a Deputada Isabel Santos) apelaram à cessação imediata do acordo ou à sua suspensão, até que sejam cumpridas as normas em matéria de direitos humanos.

Na quinta-feira, as autoridades tunisinas [recusaram a entrada no país de uma delegação da Comissão dos Assuntos Externos \(AFET\)](#) do Parlamento Europeu, que emitiu o seguinte comunicado:

«Condenamos a decisão das autoridades tunisinas de recusar a entrada da delegação da Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu e exigimos uma explicação detalhada. Este comportamento não tem precedentes desde a revolução democrática de 2011.

Continuamos prontos e insistimos num diálogo sobre questões críticas e recordamos que este Parlamento sempre aprovou a agenda de cooperação global, incluindo o reforço da democracia e o apoio financeiro, tal como acordado no Acordo de Associação UE-Tunísia.

Continuamos convencidos, tal como exigido pela UE desde julho de 2021, de que a terrível situação económica e social na Tunísia, agravada pela crise humanitária, exige urgentemente um diálogo nacional abrangente, sem o qual as perspetivas de um desenvolvimento político e económico estável na Tunísia permanecem sombrias.».

A delegação era composta pelos Deputados Michael Gahler (PPE, Alemanha), Dietmar Köster (S&D, Alemanha), Salima Yenbou (Renew, França), Mounir Satouri (Verdes/ALE, França) e Emmanuel Maurel (A Esquerda, França). Esta visita seria o seguimento de uma missão de averiguação da Comissão dos Assuntos Externos à Tunísia, em abril de 2022, quando o Parlamento estava preocupado com o retrocesso político na Tunísia no que diz respeito às normas democráticas e aos direitos humanos.

Finalmente, a Provedora de Justiça da UE questionou a Comissão Europeia sobre como tenciona garantir o respeito pelos direitos humanos nas ações relacionadas com a migração resultantes do acordo recente entre a UE e a Tunísia (detalhe [aqui](#)). Nos termos do Memorando de Entendimento (MoU), a UE concederá 105 milhões de euros para formação e apoio técnico à gestão das fronteiras tunisinas, para combater as operações de contrabando e para reforçar o controlo das fronteiras. A Provedora nota que foram suscitadas preocupações acerca do acordo, perguntando se a Comissão tinha efectuado uma avaliação do impacto sobre os direitos humanos antes de assinar o MoU e se tencionava efetuar uma revisão periódica do impacto sobre os direitos humanos das ações empreendidas durante a sua implementação. A Provedora de Justiça também perguntou se a Comissão definiu critérios para suspender o financiamento se os direitos humanos não forem respeitados.

5. PREVISÕES ECONÓMICAS DO VERÃO 2023

A Comissão Europeia apresentou esta semana as [previsões económicas do verão de 2023](#), concluindo pelo contínuo crescimento da economia da UE, embora a um ritmo mais lento, esperando-se que a inflação continue a diminuir ao longo do período abrangido pelas previsões.

Destacam-se assim três pontos principais nestas previsões:

- *Abrandamento da dinâmica de crescimento*: moderação da atividade económica na UE no primeiro semestre de 2023, com diminuição do consumo pelo impacto dos preços elevados, que contrasta com a descida do preço dos produtos energéticos e robustez do mercado de trabalho. Destaca-se ainda a diminuição acentuada da concessão de crédito bancário. Prevê-se que este abrandamento se prolongue até 2024 e que a política monetária restritiva continue a afetar a atividade económica.
- *Continuidade da diminuição da inflação*: a taxa de inflação medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) na UE deverá situar-se em 6,5% em 2023 e 3,2% em 2024, abaixo dos 6,7% e 3,1% previstos na primavera. No que respeita à inflação na área do euro, as previsões apontam para 5,6% em 2023 e 2,9% em 2024, em comparação com os 5,8% e 2,8% previstos na primavera. Na área do euro, a inflação atingiu 5,3% em julho, exatamente metade do nível máximo de 10,6% registado em outubro de 2022, e permaneceu estável em agosto.
- *Perspetivas afetadas pelos riscos e incerteza*: a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e as tensões geopolíticas representam riscos e fonte de incerteza, podendo as pressões sobre os preços tornar-se mais persistentes. Os riscos climáticos afetam também estas perspetivas.

As previsões económicas do verão de 2023 atualizam as previsões económicas da primavera e, tratando-se de previsões intercalares, incluem projeções do PIB e da inflação para as seis maiores economias dos Estados-Membros da UE, a área do euro e a UE no seu conjunto.

Key figures



Forecast

The Summer 2023 Interim Economic Forecast revises growth down for the EU and the euro area in both 2023 and 2024. Headline inflation is expected to continue declining, broadly in line with the spring projections.



GDP

Euro area:
2023: 0.8%
2024: 1.3%

EU:
2023: 0.8%
2024: 1.4%



Inflation

Euro area:
2023: 5.6%
2024: 2.9%

EU:
2023: 6.5%
2024: 3.2%

6. BANCO CENTRAL EUROPEU - DECISÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA

Esta semana, o BCE tomou um conjunto de decisões de política monetária (detalhe [aqui](#)), nomeadamente **aumentar as três taxas de juro diretoras em 25 pontos base**.

O BCE nota que a inflação continua a descer, mas ainda se espera que permaneça demasiado elevada durante demasiado tempo e que este aumento reflete a avaliação do Conselho do BCE das perspetivas de inflação, à luz dos dados económicos e financeiros disponíveis, da dinâmica da inflação subjacente e da força da transmissão da política monetária.

Recorda que as projeções macroeconómicas de setembro para a área do euro elaboradas pelo BCE indicam uma inflação média de 5,6% em 2023, 3,2% em 2024 e 2,1% em 2025, o que representa uma revisão em alta para 2023 e 2024 e uma revisão em baixa relativamente a 2025. Com base na sua atual avaliação, o Conselho do BCE considera que as taxas de juro diretoras atingiram os níveis que – se forem mantidos durante um período suficientemente longo – darão um contributo substancial para o retorno atempado da inflação ao objetivo.

Assim sendo, o Conselho do BCE decidiu aumentar as três taxas de juro diretoras em 25 pontos base. Nessa conformidade, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à

facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito serão aumentadas para 4,50%, 4,75% e 4,00%, respetivamente, com efeitos a partir de 20 de setembro de 2023.

7. ADESÃO DA SUÉCIA À NATO - TURQUIA E HUNGRIA

Tal como demos nota na Síntese n.º [173](#) (ponto 1), por ocasião da recente **Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)**, realizada em Vilnius, teve lugar uma reunião entre o Presidente turco, Recep Tayyip Erdoğan, o Primeiro-Ministro sueco, Ulf Kristersson, e o Secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, para fazer o ponto de situação relativamente às questões suscitadas pela Turquia no âmbito do processo de **adesão da Suécia** à Aliança Atlântica. Após esse encontro, foi publicado um comunicado em que a Turquia se comprometia a transmitir «o *Protocolo de Adesão da Suécia à Grande Assembleia Nacional e trabalhará em estreita colaboração com esta para assegurar a sua ratificação.*». Recorde-se que apenas a Turquia e a Hungria ainda não ratificaram a adesão da Suécia à NATO, acordada na anterior Cimeira da NATO, realizada em julho de 2022 em Madrid.

Nas últimas semanas, têm surgido novas questões suscitadas pela Turquia, associadas à aquisição de caças F-16 aos Estados Unidos da América (detalhe [aqui](#)), e pela Hungria, cujo Ministro dos Negócios Estrangeiros dirigiu uma carta ao seu homólogo sueco (disponível [aqui](#)) em que questiona um vídeo produzido por um organismo sueco de radiodifusão educativa de serviço público, onde a Hungria é mencionada.

Nesse trabalho, disponível [aqui](#), pode ler-se que «*A UE foi criada após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nessa altura, os Estados europeus pretendiam manter a paz através da cooperação económica e democrática. A vertente democrática sempre foi importante para a UE e é atualmente regulada pelo Tratado de Lisboa e pela carta dos direitos fundamentais da UE. O que acontece se os Estados-Membros começarem a violar os valores democráticos? Na Hungria, conhecemos Sara, que trabalha numa universidade ameaçada de encerramento, e jovens que falam sobre a forma como os materiais escolares mudaram recentemente.*». Na carta enviada, o MNE húngaro considera que o vídeo «*não ajuda de modo algum a satisfazer o vosso pedido, que tem sido constantemente suscitado*», referindo-se ao pedido da Suécia para que a Hungria ratifique a sua candidatura à NATO.

8. ALTO REPRESENTANTE PARA OS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - CONSELHO DA EUROPA

Esta semana, [o Alto Representante/Vice-Presidente da UE, Josep Borrell, reuniu-se com Marija Pejčinović Burić, Secretária-Geral do Conselho da Europa](#), em Estrasburgo, reiterando o seu compromisso de aprofundar o diálogo político de alto nível e de reforçar ainda mais a parceria estratégica UE-Conselho da Europa nos domínios dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito.

Este encontro surge no seguimento da participação de alto nível da UE na Cimeira de Reiquiavique do Conselho da Europa, em maio de 2023, tendo a Secretária-Geral agradecido a assistência da UE na rápida criação de um registo dos danos causados pela agressão da Federação da Rússia contra a Ucrânia, do qual a UE é membro associado fundador. Ambos se congratularam ainda com a adesão da UE à Convenção de Istambul e com os progressos significativos registados na adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

9. COMISSÃO EUROPEIA

Pacote auxílio às PME

A Comissão Europeia apresentou esta semana uma série de [iniciativas destinadas a dar resposta às necessidades das pequenas e médias empresas](#) (PME) da Europa no contexto económico atual, uma vez que estas constituem

o motor da transição ecológica e digital, embora continuem a enfrentar a imprevisibilidade e volatilidade em resultado de uma série de crises.

A Comissão propôs assim proporcionar auxílio a curto prazo, reforçar a competitividade das PME a longo prazo, robustecer a equidade no ambiente empresarial em todo o mercado único. Destaca-se em particular:

- [novo regulamento relativo à luta contra os atrasos de pagamento](#) nas transações comerciais, procurando combater a prática desleal dos atrasos de pagamento, que prejudica a competitividade e resiliência das cadeias de abastecimento. A diretiva de 2011 sobre o tema seria assim substituída por este regulamento, que introduz um limite máximo de pagamento de 30 dias e colmata lacunas jurídicas existentes, assegurando também o pagamento automático dos juros de mora e taxas de indemnização, assim como medidas de execução para proteger as empresas contra maus pagadores.
- [sistema fiscal para as PME](#) de imposição sobre a sede, que permitirá que as PME que operam além-fronteiras a possibilidade de interagirem apenas com a administração fiscal da sede em vez de vários sistemas fiscais em simultâneo, aumentando a segurança e equidade fiscais, reduzindo custos e distorções de mercado, minimizando ainda o risco de dupla e sobre tributação.

Fazem ainda parte da [proposta](#) medidas para melhorar o atual quadro regulamentar para as PME, simplificar os procedimentos administrativos e os requisitos de apresentação de relatórios para as PME, impulsionar os investimentos disponíveis para as PME, permitir o desenvolvimento de uma mão de obra qualificada no quadro das PME e apoiar o crescimento destas empresas.

As secções de [perguntas e respostas](#) complementam esta informação.

Empresas na Europa: Quadro para a Tributação de Rendimentos (BEFIT)

Foi ainda adotado pela Comissão Europeia um [pacote de iniciativas para reduzir os custos de cumprimento das obrigações fiscais para as grandes empresas transfronteiriças na UE](#). A proposta, denominada *Empresas na Europa: Quadro para a Tributação de Rendimentos (BEFIT)*, procura facilitar as ações das empresas e autoridades fiscais através de um novo conjunto de regras que determinarão a matéria coletável dos grupos de empresas, reduzindo os custos de conformidade para grandes empresas que operam em mais do que um Estado-Membro, podendo estas regras reduzir até 65% os custos de cumprimentos das obrigações fiscais destas empresas.

O BEFIT significará que:

- as empresas que pertencem ao mesmo grupo calcularão a sua matéria coletável de acordo com um conjunto de regras comuns;
- as bases tributáveis de todos os membros do grupo serão agregadas numa única base tributável;
- a cada membro do grupo BEFIT será atribuída uma percentagem da matéria coletável agregada, calculada com base na média dos resultados tributáveis dos três exercícios anteriores.

Esta proposta baseia-se no acordo internacional OCDE/G20 sobre o nível mínimo global de tributação (diretiva do pilar II) e substitui as propostas de Comissão sobre matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades e matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades. As novas regras serão obrigatórias para os grupos que operam na UE com uma receita anual combinada de, pelo menos, 750 milhões de euros e em que a entidade-mãe em última instância detenha, pelo menos, 75% dos direitos de propriedade ou dos direitos que conferem direito aos lucros. As regras serão discricionárias para os grupos mais pequenos.

É ainda incluída neste pacote uma proposta que visa harmonizar as regras em matéria de [preços de transferência](#) na UE, aumentando a segurança fiscal e reduzindo o risco de litígios e dupla tributação.

A secção de perguntas e respostas sobre o tema encontra-se disponível [aqui](#).

10. EUROBARÓMETRO

O [inquérito Eurobarómetro flash](#) publicado esta semana, relativo à crise energética, sustentabilidade e apoio à Ucrânia, mostra que a maioria dos europeus apoia as medidas tomadas para proteger os consumidores e as empresas da volatilidade dos preços da energia, medidas destinadas a promover a segurança energética e transição ecológica, promoção da indústria de tecnologias limpas para uma maior competitividade, bem como das medidas tomadas pela UE em resposta à invasão da Ucrânia pela Rússia.

86% dos inquiridos consideraram importante tomar iniciativas a nível europeu para limitar o impacto imediato do aumento dos preços da energia nos consumidores e nas empresas durante o último ano e mais de oito em cada 10 defendem este ponto de vista no que se refere à promoção da utilização sustentável dos recursos naturais (86%).

Relativamente a ações futuras, também 86% considera que o armazenamento de gás na UE deve ser assegurado de forma a evitar o risco de escassez, 85% que a UE deve impulsionar a produção de tecnologias limpas nos Estados-Membros e 79% que as medidas adotadas pela UE devem visar a redução do consumo de energia.

Sobre a área da defesa, 75% consideram que a UE deve financiar projetos conjuntos de defesa para desenvolver capacidades e tecnologias de defesa estratégicas.

A maioria considera também que a guerra na Ucrânia mostrou a necessidade de a UE garantir a sua segurança energética e económica (85%) e reforçar a cooperação militar entre os Estados-Membros (75%), continuando ao mesmo tempo a demonstrar a sua solidariedade para com a Ucrânia (71%), concordando que a UE deve continuar a prestar ajuda humanitária às pessoas afetadas pela guerra.

Por fim, no que respeita aos valores, metade dos inquiridos considera que a UE encara melhor «o respeito pelos direitos e pelos valores fundamentais» (53 %), «a igualdade social e o bem-estar» (50 %), «a tolerância e a abertura aos outros» (49 %) e a «paz» (48 %), seguida de perto pela «solidariedade com os países dentro e fora da UE» (46 %) e pelo «respeito pela natureza e a proteção do clima e do ambiente» (45 %).

11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

O [Eurogrupo](#) debateu os desenvolvimentos macroeconómicos e coordenação de políticas, tendo a Comissão Europeia apresentado as previsões económicas de verão e o Banco Central Europeu deu nota dos últimos desenvolvimentos da política monetária. Foi ainda mostrado [apoio](#) à candidatura de Piero Cipollone para membro do Conselho Executivo do BCE, substituindo Fabio Panetta.

Reunião informal dos ministros da Economia e das Finanças

Os ministros focaram-se no [avanço da autonomia estratégica](#) e no reforço da cooperação económica internacional, especialmente com a América Latina. Teve ainda lugar, pela primeira vez, uma reunião conjunta com ministros e instituições financeiras internacionais da região da América Latina e das Caraíbas, subordinada ao tema: *Rumo a uma economia global verde e digital*.

12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Os trabalhos do PE na próxima semana serão dedicados às [atividades das comissões parlamentares](#), com destaque para a *reforma do código Schengen* e *revisão do QFP 2021-2027*.

Comissão Europeia

A agenda da próxima reunião, quando disponível, poderá ser encontrada [aqui](#).

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 18.09: [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); [Reunião informal dos ministros da Educação e da Juventude](#);
- 19.09: [Conselho dos Assuntos Gerais](#);
- 21.09: [Reunião informal dos ministros dos Transportes](#).

Cooperação interparlamentar

Na próxima semana terão lugar as seguintes reuniões/conferências interparlamentares:

- Reunião dos Presidentes da COSAC - programa disponível [aqui](#);
- Reunião interparlamentar organizada pela Comissão PETI do PE sobre a *Cooperação com as comissões de petições dos Parlamentos nacionais, troca de boas práticas e reflexão sobre novas abordagens* - programa disponível [aqui](#);
- 13.^a Reunião do Grupo Parlamentar de Controlo Especializado Conjunto da Europol - programa disponível [aqui](#).

Bruxelas | 15 de setembro de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).